

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita deixou de arrecadar R\$110 bi de IR e CSLL..... 3

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso adia vetos de Lula..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Equilíbrio é desafio para instituir previdência em trabalho por plataforma..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O enorme desafio argentino exigirá uma ação decisiva de Milei (Artigo)..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária não vai bancar fundos, alerta IFI..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: revolução no universo da TI - OPINIÃO JURÍDICA..... 11

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Veto à desoneração será votado no dia 14..... 13

O POPULAR - GO - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma, o principal virá depois (Artigo)..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Como ficará a Selic em 2024? - MERCADO S/A..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo apressa negociação na reta final..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aposta para aumentar receita, MP da subvenção é adiada mais uma vez..... 18

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Pacheco vai a Ministro do STF pedir prazo para Minas..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Documento do PT faz crítica a poder do Centrão e "austericídio" fiscal no governo
..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Relator rejeita emenda que limitava bloqueio de verbas..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Perspectiva para o País é tema de debate	24
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Pobreza em queda revela força e limites do Bolsa Família (Editorial)	25
O GLOBO - RJ - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Ipec: avaliação negativa do governo Lula cresce 5 pontos	26
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
LDO: relator cede e vai limitar bloqueios a R\$ 23 bi em 2024	28
O GLOBO - RJ - MUNDO ECONOMIA	
Lula incentiva parceria do bloco com G20 em cúpula	29
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
PIB do Brasil cresce acima do esperado (Artigo)	30
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Sindicatos alertam para clima social tenso	32

Receita deixou de arrecadar R\$110 bi de IR e CSLL

Jéssica Sant"Ana e Beatriz Olivon De Brasília

A **Receita Federal** estima que, em média, teria deixado de arrecadar anualmente R\$ 110,4 bilhões de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devido ao que classifica de brechas tributárias. O valor é equivalente a 1,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) médio no período analisado, que foi de 2015 a 2019. Foram R\$ 56,4 bilhões por sonegação fiscal ou informalidade e R\$ 54 bilhões de valores devidos e não pagos porque estavam em litígio ou processo de cobrança.

O total de R\$ 110,4 bilhões representa 37,1% da arrecadação potencial média desses **tributos** no sistema tributário atual. Ou seja, a receita da União poderia ter sido, em média, de R\$ 297,4 bilhões por ano no período, mas efetivamente ficou em R\$ 187,1 bilhões, devido a essas lacunas tributárias.

Há, ainda, mais R\$ 204 bilhões que o Estado abriu mão de arrecadar devido a renúncias, regimes especiais, benefícios fiscais concedidos ou planejamento tributário das empresas.

O valor representa 40,7% da arrecadação potencial padrão, ou seja, da receita que poderia ser possível de se obter (R\$ 501 bilhões) em um sistema tributário sem qualquer tipo de benefício e em um ambiente de total conformidade.

Os dados fazem parte do estudo "Gap Tributário do IRPJ e CSLL", produzido pela **Receita Federal** em parceria com Fundo Monetário Internacional (FMI). Os números são referentes aos três principais regimes de tributação: lucro real, lucro presumido e Simples Nacional. Empresas financeiras não foram objeto do trabalho.

O relatório é considerado pelos auditores fiscais como um "marco inaugural" para uma futura implementação de uma política permanente de acompanhamento dos chamados "gaps tributários", ou seja, lacunas e brechas - legais ou ilegais - utilizadas pelas empresas para recolher menos **tributos**.

Os três principais gaps são: de arrecadação, que é aquilo que as empresas declararam, mas ainda não pagaram; de reconhecimento, arrecadação omitida por sonegação fiscal ou informalidade; e de política, que é

aquilo que o Estado abre mão de arrecadar em razão de renúncias fiscais ou que não é arrecadado em razão de planejamento tributário (elisão fiscal).

A **Receita Federal** dedica parte do estudo para destacar, principalmente, o problema trazido pelo "gap de política". "O elevado valor se deve não somente à tributação favorecida, característica dos regimes especiais do Simples Nacional e lucro presumido, mas também à frequente existência de planejamentos tributários abusivos envolvendo tais regimes", aponta.

Os auditores observam que há uma "migração intensiva das empresas mais lucrativas" do lucro real para o lucro presumido, por este ter uma tributação menos pesada às empresas. Tal tese é evidenciada, segundo a Receita, devido ao fato de a lucratividade média das empresas do lucro real no período estudado ter sido de 1,9%, para uma receita total de R\$ 8,46 trilhões, enquanto no regime presumido a lucratividade média foi de 30,4% e a receita, R\$ 1,32 trilhão.

Outro problema destacado no estudo, e antecipado ontem pelo Valor, é a elevada omissão de receita das empresas do Simples Nacional, devido à informalidade dos pequenos negócios.

Para Tathiane Piscitelli, professora da FGV Direito SP, pensar em adotar o lucro real como sistema padrão, em detrimento do Simples e do lucro presumido, desconsidera que, por ter custos maiores de conformidade para o contribuinte, o regime é inviável para muitas empresas. "Até se pode debater se o limite do Simples deve ser revisto porque está alto, mas a eliminação por completo para tornar o lucro real como referência para se estabelecer o gap de política tributária me parece um problema", afirma.

A professora pondera que as hipóteses de não tributação, renúncia de receitas e benefícios que integram esse gap são escolhas que devem ter relação com a realização de valores constitucionais.

"A existência de regimes favorecidos para microempresas e empresas de pequeno porte é demanda constitucional." Sobra a questão da litigância, que traz impacto para os cofres públicos, Piscitelli considera necessário ter cuidado para não generalizar.

A professora destaca que não é possível considerar que o contribuinte só discute porque quer postergar o pagamento de **tributos**. "O estudo parte de uma premissa de que todas as leis são plenamente constitucionais e não haveria espaço para discussão judicial ou administrativa, o que nem sempre é verdade. Pode haver problema na própria autuação ou ilegalidade que resulte em necessidade de contencioso", diz.

O fechamento das chamadas "brechas tributárias" tem sido uma das prioridades do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apesar de o estudo ter sido iniciado no governo passado. A equipe econômica busca aumentar a arrecadação para atingir o equilíbrio das contas públicas e, para isso, tem apostado em medidas que façam com que empresas e demais contribuintes que estejam recolhendo menos do que devem, na interpretação do governo, passem a contribuir. É o caso, por exemplo, da taxa dos fundos exclusivos e das offshores e da medida tributária que retomou a diferença de regras na tributação federal para subvenções de custeio e investimento.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187733>

Congresso adia vetos de Lula

A sessão do Congresso Nacional para analisar vetos presidenciais foi cancelada mais uma vez. A discussão envolve temas que são importantes para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e polêmicos entre os parlamentares, como marco temporal, arcabouço fiscal, novas regras do **Carf** e desoneração da folha de pagamento. A decisão da Casa vem sendo adiada desde o início de novembro, em um impasse entre governo e oposição. Nova sessão conjunta entre Câmara dos Deputados e Senado Federal está marcada para a próxima quinta-feira, dia 14.

Além da falta de consenso entre governistas e oposição, o adiamento foi justificado pelo Congresso pelo esvaziamento das duas Casas devido à viagem de parlamentares para a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP28), em Dubai, nos Emirados Árabes. A última sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ocorreu em 9 de novembro. A pauta da sessão da próxima semana já prevê a análise de 39 vetos para na ordem do dia. Deles, 29 são de Lula.

Entre os trechos rejeitados que compõem a ordem do dia da próxima reunião estão os do marco temporal de demarcação de terras indígenas, um dos mais polêmicos. A Frente parlamentar do Agro (FPA), composta por 324 deputados e 50 senadores, reagiu à fala de Lula durante a COP28, que cobrou mobilização social contra "raposas no galinheiro". O grupo afirmou em nota que falas "criminalizam" os integrantes do Legislativo.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/08/12/2023/p1>

Equilíbrio é desafio para instituir previdência em trabalho por plataforma

Anaís Fernandes

Os trabalhadores de aplicativo de serviços no setor de transportes, como motoristas e entregadores, não acessam, atualmente, a **Previdência Social**. Sua inclusão requer um sistema que siga alguns princípios básicos, para ser sustentável sob o ponto de vista fiscal e adequado tanto para a geração de emprego por parte das plataformas quanto em relação aos direitos socioeconômicos dos trabalhadores.

É o que apontam os pesquisadores Fernando de Holanda Barbosa Filho, Fernando Veloso e Paulo Peruchetti, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Enquanto 64,7% da população ocupada total contribui para a Previdência, essa proporção cai para 22,6% entre motoristas de aplicativo e 25,4% entre os entregadores, destacam os pesquisadores a partir de uma pesquisa especial da Pnad Contínua do IBGE, com dados de dezembro de 2022.

"Deveria ter mais proteção do que tem. Hoje, é insuficiente, eles não têm Previdência, não têm proteção contra acidente. A gente pode fazer melhor, mas tem que ser a um custo sustentável", diz Veloso.

Os pesquisadores ressaltam que, embora o número de trabalhadores de plataformas, comparado à população ocupada (14 anos ou mais), ainda possa não parecer impressionante (1,7%), ele está longe de ser insignificante, e o impulso tecnológico da economia vai aumentar essas proporções.

"O problema de condições difíceis de trabalho acopladas à cobertura previdenciária muito baixa, portanto, tende a se agravar", escreve Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, na Carta de dezembro da instituição, antecipada ao Valor.

No caso do setor de transportes, especificamente, trabalhadores que realizam trabalho por plataformas digitais de serviços já representam mais de 19% da população ocupada total no segmento.

No fim do ano passado, havia 1 milhão de pessoas que trabalhavam, na ocupação principal, por meio de aplicativos no setor de transportes. Entre eles, 206,7 mil trabalhavam com aplicativos de táxi, 703,8 mil com

aplicativos de outro tipo de transporte particular e 588,6 mil com aplicativos de entrega de comida e produtos - na pesquisa do IBGE, um mesmo trabalhador pode acusar o uso de mais de um tipo de aplicativo.

Os pesquisadores notam que as duas primeiras classificações (aplicativos de táxi e de outro transporte particular) só incluem trabalhadores de transporte, mas a entrega de comida e produtos abrange também outras categorias. Por exemplo: 247,6 mil trabalhadores nesse tipo de aplicativo alegam atuar no setor de alojamento e alimentação e 88,8 mil são do setor do comércio. Provavelmente, eles explicam, são pessoas que trabalham em empresas que atendem pedidos por aplicativo, encarregados não da entrega, mas de comercializar ou preparar os produtos.

"Há evidências de que os trabalhadores de transporte em aplicativo contribuem para a Previdência particularmente pouco mesmo quando comparados a trabalhadores de plataformas digitais fora da área de transporte", destaca Schymura na carta. Entre trabalhadores ligados a aplicativos de entrega de comida e produtos no comércio, essa taxa de contribuição é de 70%; em alojamento e alimentação, é de 54,5%.

Barbosa Filho ressaltava que a contribuição à Previdência não é facultativa, mas obrigatória por lei para todos os trabalhadores que exercem atividade remunerada, com ou sem vínculo empregatício. "Ou seja, a legislação corrente demanda a contribuição do trabalhador de aplicativo como de qualquer outro ocupado", explica a Carta.

Em 2019, por exemplo, um decreto do governo federal estabeleceu que motoristas de plataformas também podem se cadastrar como microempreendedor individual (MEI). Mesmo essa opção barata de contribuição - apenas 5% do salário mínimo -, porém, não foi capaz de atrair os trabalhadores de transporte "plataformizados", notam os pesquisadores.

"Apesar de ter uma gama de escolhas, o fato é que ele não contribui, talvez não veja valor", diz Barbosa Filho.

Não à toa, há 126 projetos legislativos no Congresso relativos à proteção social e trabalhista dos trabalhadores de plataformas digitais no Brasil, dizem

os pesquisadores, citando o trabalho de colegas da FGV Direito São Paulo. E o atual governo também chegou a formar um grupo de trabalho envolvendo as plataformas e trabalhadores na tentativa de encontrar terreno comum para promover mudanças, inclusive previdenciárias, lembram os pesquisadores.

A contribuição mínima do MEI dá direito a um benefício previdenciário de um salário mínimo, o que pode parecer pouco atraente para os trabalhadores por aplicativo em transporte, em particular para os motoristas, que têm renda superior a um mínimo, observam os economistas do FGV Ibre. Por isso, dizem, um sistema previdenciário pensado para eles deveria focar a oferta de benefícios superiores ao salário mínimo.

Para os pesquisadores, qualquer mudança previdenciária voltada aos trabalhadores por aplicativo deveria incluir também benefícios de risco, como auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez. "É pela natureza da atividade. Se o trabalhador tem um acidente, fica doente, não pode trabalhar, não ganha nada", diz Veloso.

Além disso, uma alíquota de contribuinte individual de 20% deveria ser vista como um piso, segundo os pesquisadores, porque mesmo ela já embutiria subsídios governamentais. "Se quiser ser atuarialmente sustentado, vai ter de ser até mais elevada", observa Barbosa Filho. "Não faz sentido criar um sistema adicional com alíquota com subsídio alto." O ideal, dizem, é que houvesse contribuições tanto do trabalhador quanto das plataformas, e que fossem deduzidas, ambas, de forma automática, pelas próprias empresas.

"Coloca a plataforma para, de certa forma, dividir esse custo, tornar o sistema mais sustentável", diz Barbosa Filhos. Além disso, deduções automáticas por parte das empresas tenderiam a levar a um grau mais elevado de contribuição entre os trabalhadores, segundo os pesquisadores.

Isso não pode, no entanto, correr o risco de ser enquadrado como vínculo empregatício, sob o risco de inibir a atuação de companhias que têm sido importantes para a economia, alerta Barbosa Filho.

"Precisa de um novo sistema, uma legislação nova para contemplar novas formas de trabalho." Outra boa ideia, segundo os pesquisadores, seria separar a remuneração bruta do valor líquido recebido pelo trabalhador de transporte com aplicativos, para fins de contribuição. Isso porque há custos como de aquisição e manutenção de veículos e combustível que têm de ser deduzidos da receita bruta para chegar ao rendimento efetivo. O ideal, sugerem, seria arbitrar um

percentual da receita considerada como líquida para a categoria, já que não seria prático fazer o cálculo caso a caso.

Os trabalhadores "plataformizados" de transportes são, como mostra o IBGE, esmagadoramente, homens: 93,4%, ante 57,1% na população ocupada total do Brasil.

Sua idade média é de 38,6 anos, mas os entregadores de comida e produtos têm uma idade média bem inferior, de 32,8 anos. Entre eles, 46,4% têm até, no máximo, 29 anos, comparado a 27,2% na população ocupada total e apenas 20,9% entre os motoristas de aplicativo.

"Tem uma barreira que é a idade mínima para tirar carteira. Além disso, muitas vezes, para alugar um veículo, é preciso ter mais anos de carteira", afirma Barbosa Filho.

A análise do perfil socioeconômico e demográfico dos trabalhadores de transporte por aplicativo evidencia, segundo os pesquisadores, que se trata de um contingente que enfrenta dificuldades.

Os motoristas têm maior escolaridade média, mas menor rendimento médio, comparados à população ocupada. Já os entregadores têm escolaridade equivalente, e até ligeiramente maior, mas rendimentos bem menores do que os da população ocupada total.

Em termos médios, a renda da população ocupada é de R\$ 2.727 mensais, maior que a dos motoristas de aplicativo (R\$ 2.367) e bem maior que a dos entregadores (R\$ 2.011). "Junta o tipo de ocupação da entrega com aquela relativa pouca experiência dos mais jovens e acho que ajuda a explicar esse movimento de salários mais baixos nesse grupo", diz Barbosa Filho.

"Problema de condições difíceis e cobertura baixa tende a se agravar" Luiz Guilherme Schymura

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187733>

O enorme desafio argentino exigirá uma ação decisiva de Milei (Artigo)

» REGINALDO NOGUEIRA *Diretor sênior do Ibmecc* »
DIOGO COSTA *CEO do Instituto Millenium*

Antes mesmo de entrar na Casa Rosada, Javier Milei, o presidente eleito da Argentina, já soou o alerta para os tempos difíceis que irão marcar o início de seu governo. De acordo com ele, o país irá passar por uma "estagflação", ou seja, uma recessão econômica acompanhada de uma alta de preços. Para Milei, serão necessários de 18 a 24 meses para domar a inflação argentina.

Discussões sobre a dolarização da economia e o fim do Banco Central argentino precisarão ficar para depois: o país precisa, no curtíssimo prazo, de um pacote de estabilização macroeconômica.

Esse pacote deve envolver uma combinação de desvalorização do peso (e unificação dos múltiplos regimes cambiais em nível condizente com a situação externa), aumento da taxa de juros real e cortes de gastos públicos e subsídios.

Com um acordo em curso com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Argentina não tem reservas em dólares suficientes para estabilizar o câmbio. A conta corrente é deficitária, bem como as contas públicas: o país deve fechar o ano com um déficit primário superior a 2% do PIB e uma dívida pública ao redor de 90%. O novo presidente vai assumir no próximo domingo, e, em janeiro, o país precisará pagar US\$ 2 bilhões de dívida ao FMI, mais US\$ 1,5 bilhão em juros de títulos.

A consolidação fiscal é o grande desafio da Argentina, tanto do ponto de vista político quanto econômico. O acordo com o FMI estabeleceu metas fiscais que não foram cumpridas - entre outras coisas, pela resistência do governo em liberar o preço de tarifas subsidiadas e segurar o crescimento dos gastos. Uma reforma de pensões e aposentadorias também será necessária, com gastos se aproximando de 8% do PIB.

Após o pacote inicial, os esforços do novo governo devem ser direcionados a estabilização do câmbio, reforma do regime fiscal das províncias, liberalização do comércio exterior, reforma tributária e trabalhista, aumentando a competitividade da economia.

Ao desafio econômico se soma o desafio político.

Milei começará seu mandato com um governo, ao menos no papel, mais fraco que o de Fernando De la Rúa - que, vale lembrar, não conseguiu completar seu mandato e renunciou em 2001, em meio à pior crise econômica e política da história da Argentina.

A base minoritária de Milei no Parlamento precisaria se somar a outros partidos se quiser formar maiorias legislativas. Milei já demonstrou entender o tamanho do desafio incluindo quadros macristas em posições-chave de seu governo. Junto a essas lideranças, há necessidade de burocratas e políticos capazes de navegar no cenário atual. "A preocupação com a governabilidade é a mais real de todas", escreve Sebastián Mazzuca, professor de ciência política da Universidade Johns Hopkins. "Milei tem uma equipe de amadores. Precisa de 100 políticos profissionais e 200 tecno-políticos para começar a conversar. Ele não os tem." Além de negociadores políticos e formuladores de políticas públicas, o próximo presidente argentino precisará de pessoas e estratégia para lidar com uma iminente onda de protestos.

A oposição peronista e trotskista sairá às ruas.

Um cenário de caos público pode intimidar os investidores de que a economia argentina tanto precisa. A estabilização econômica dependerá da capacidade de Milei em estancar a reação social contra suas medidas de reforma fiscal, monetária e trabalhista.

O mandato de Milei se apresenta como uma oportunidade para mudar o curso da história econômica argentina, assim como um enorme desafio que exigirá habilidades políticas e visão de longo prazo. Mas, no curto prazo, a herança econômica recebida por ele exige ação rápida e decisiva para melhorar expectativas e dar ao novo governo espaço para discutir uma agenda de longo prazo.

O sucesso do novo governo dependerá, em grande medida, de sua capacidade de se manter fiel aos seus princípios de livre mercado e reformas econômicas, sem alienar setores importantes da sociedade. Milei terá que encontrar um equilíbrio entre a aplicação de políticas econômicas necessárias e a manutenção de um nível aceitável de estabilidade social e política. Não será fácil, mas repetir os erros do passado não

ajudará em nada nesse momento de turbulência.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

O enorme desafio argentino exigirá uma ação decisiva de Milei

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/12/08/all.pdf>

Reforma tributária não vai bancar fundos, alerta IFI

Jéssica Sant"Ana

O crescimento adicional da economia a ser gerado com a **reforma tributária** não deve suportar, no médio prazo, os custos adicionais à União para bancar os fundos criados diretamente pela proposta. A conclusão consta em nota técnica da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado. A nota é assinada pelo analista Eduardo Nogueira. A **reforma tributária** está prevista para ser votada na Câmara na semana que vem.

O texto cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), destinado ao Estados com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais. Em valores nominais, a União deverá aportar R\$ 8 bilhões em 2029, montante que crescerá até chegar a R\$ 40 bilhões anuais em 2033. Os aportes continuarão subindo, até atingir R\$ 60 bilhões em 2043, repetindo este valor anualmente por tempo indeterminado. As cifras serão atualizadas pela **inflação**.

Outro fundo que a reforma cria é o de Compensação de Benefícios Fiscais, que visa compensar empresas que têm incentivos fiscais concedidos por Estados.

A União começará aportando R\$ 8 bilhões em 2025 até chegar à cifra de R\$ 32 bilhões em 2028 e 2029. Este valor decrescerá R\$ 8 bilhões por ano entre 2030 e 2032. Os montantes também serão corrigidos pelo IPCA.

A premissa adotada para a criação desses fundos era de que o crescimento adicional da economia com a implementação da **reforma tributária** geraria incremento de arrecadação suficiente para acomodar os repasses da União, sem gerar pressões adicionais sobre as contas públicas.

Porém, a nota técnica da IFI mostra que, no médio prazo, o ganho de arrecadação não será suficiente para cobrir os custos desses fundos. Em 2025, quando começarão os primeiros aportes, o **PIB** precisaria crescer mais 0,4% além do esperado com os ganhos da reforma para suportar o aporte. Esse percentual sobe, chegando a 1,9% em 2042 e 2043, no cenário-base.

No cenário pessimista, a lacuna de crescimento é

ainda maior: parte de 0,4% e chega a 2,3% em 2043.

"Observou-se que existe um descasamento entre os prováveis benefícios da reforma, que serão concentrados no longo prazo, e os custos arcados pela União, que serão mais intensos no médio prazo", diz a IFI. "No médio prazo, é provável que a União tenha que arcar com repasse aos fundos, diante de um cenário no qual os ganhos de produtividade não tenham iniciado ou sejam muito pequenos." A IFI também alerta que a atualização dos valores pela **inflação** criou um risco fiscal adicional para a União. "A União terá que assumir os custos de eventuais quedas de arrecadação, já que as transferências para os fundos criados estão desacopladas da variação da arrecadação, que é influenciada, em grande parte, pelo crescimento do **PIB**." Tradicionalmente, as transferências de recursos para Estados e municípios obedecem a percentual da arrecadação, porém, esta não foi a escolha da reforma.

A reforma também autoriza a criação, por lei complementar, de dois outros fundos (um para o Estado do Amazonas e outro para a Amazônia Ocidental e Amapá), todos bancados com recursos da União. O montante mínimo de aporte anual de recursos será definido na lei complementar.

"União terá que assumir os custos de eventuais quedas de arrecadação" IFI

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187733>

Reforma tributária: revolução no universo da TI - OPINIÃO JURÍDICA

Matheus Marques Borges é especialista em Direito Empresarial, Compliance, Law Enforcement, responsabilidade empresarial e gerente Jurídico e de Compliance da NTT Data Business Solutions - Brasil

É indubitável o papel crucial desempenhado pela tecnologia ao longo das últimas décadas no âmbito da jurisdição brasileira. Ela atua como um catalisador para os negócios e foi fundamental nas transformações da realidade.

Essa evolução tecnológica se deve, seguramente, aos avanços dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, dos serviços de tecnologia de informação (TI), às técnicas de machine learning e inteligência artificial (IA). Esse conjunto de processos e perspectivas nos faz vislumbrar uma era capaz de revolucionar o mercado brasileiro, mudar a forma como trabalhamos e criar um ciclo de aumento de produtividade.

A análise da 8ª edição do Relatório do Estado da Produção Inteligente revela uma projeção da Rockwell Automation: cerca de 89% das indústrias planejam manter ou majorar o número de postos de trabalho devido à adoção da tecnologia. O índice de Transformação Digital Brasil 2023, feito pela PwC em parceria com a Fundação Dom Cabral, afirma que os executivos relacionam a transformação digital à visão estratégica e futura do negócio. Em linha com esse cenário, segundo conjectura realizada pela Brasscom, o setor de tecnologia da informação e comunicação (TIC) deverá gerar 797 mil novas vagas de emprego.

Nesse contexto, enquanto por um lado a iminente **reforma tributária** se apresenta como resposta a uma necessidade longínqua de simplificação, equalização interpretativa e diminuição do tempo gasto no cumprimento de obrigações acessórias, por outro lado, sobretudo a partir da premissa de unificar os pagadores de ICMS e do ISS em um mesmo limite de tributação, surge uma clara propensão de aumento da carga tributária aos prestadores de serviço, cuja o setor de TIC está inserido.

No contexto da **reforma tributária**, é sabido que o objetivo é a extinção de **tributos** por meio da unificação da arrecadação em um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), estimando-se uma alíquota de referência de

aproximadamente 28%. Isso, por si só, representaria uma elevação de aproximadamente 200% na carga tributária do setor, comparado à perspectiva do PIS/Cofins. Muitas organizações atualmente gozam de benefícios tributários ou estão sediadas em municípios com alíquotas de ISS de 2%, o que nesse caso, ampliaria ainda mais a carga tributária.

Nessa seara, há quem argumente que, com base na premissa da não cumulatividade plena, prevista no texto da reforma, o setor de TIC não seria afetado em tamanhas proporções.

Outrossim, é importante considerar os desafios atuais no âmbito da temática, mais precisamente em relação à própria concepção dos custos que efetivamente são críveis de se ter crédito, problemática essa, que há tempos vem inflando o contencioso tributário do país.

Nessa esteira percebe-se que os créditos oriundos da suposta não cumulatividade, tende a ser significativamente menores do que a efetiva a carga tributária incidente ao setor, dado que os custos com folha de salário são os mais relevantes para essas empresas. Devendo ser rechaçado de imediato qualquer leviana suposição de atenuante de impacto, pautado em tal fundamento.

Sob perspectiva pragmática baseada das próprias bases permissivas do atual texto legislativo, uma das possíveis saídas para mitigar esse impacto inequivocamente negativo seria a inclusão do setor de softwares e TIC no rol de setores elegíveis para uma alíquota reduzida em 60%, similar aos serviços cibernéticos e de segurança da informação.

Ou ainda, permitir que a folha de salários gere crédito efetivos dentro da sistemática da não cumulatividade plena.

Se de um lado, sabe-se que o ideal seria a erradicação das exceções com a aplicação de uma alíquota única, independentemente do setor e da atividade, de outro lado, esse não é um cenário crível de ser implementado na vida real, em especial do empresariado brasileiro que vivencia peculiaridades e condições singulares de cada negócio.

Ora arremata-se, portanto, que nas entrelinhas do texto legislativo que busca reformular o sistema

tributário do país, se aprovado nos moldes correntes, o setor de TIC claramente não estaria inserido dentre os contemplados. Isso poderia resultar em desafios capazes de atravancar o ambiente e as projeções otimistas que vinham sendo ventiladas no setor, propiciado potencial **inflação** nos preços dos serviços de TI e aumentando brutalmente o custo da transformação digital e da reindustrialização do Brasil.

Isso mostra que a discussão em Brasília, afeta diretamente desenvolvimento brasileiro e está bem mais perto do nosso cotidiano. As empresas, que hipoteticamente prestam serviços para todo o país, enfrentam atualmente enormes desafios para lidar com a complexidade das normas tributárias, não apenas nacionais, mas também estaduais, para estar em conformidade com as legislações de cada Estado, gerando um ambiente de guerra fiscal.

Emerge-se, à vista de tudo isso, com viés a equilibrar as consequências da **reforma tributária** e o setor de TIC, é a indispensável realização de estudo estratégico prévio entre os representantes do setor. A partir daí, é fundamental disseminar as conclusões obtidas para que sejam concretizadas, a fim de viabilizar a via de mão dupla, minimamente com equivalência dos ganhos e perdas.

Matheus Marques Borges é especialista em Direito Empresarial, Compliance, Law Enforcement, responsabilidade empresarial e gerente Jurídico e de Compliance da NTT Data Business Solutions - Brasil

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187733>

Veto à desoneração será votado no dia 14

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ontem que o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento será analisado na próxima quinta-feira, dia 14, em sessão conjunta do Congresso Nacional. A sessão ocorreria ontem, mas foi adiada por falta de acordo entre os líderes partidários.

A declaração foi dada após Pacheco se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar da renegociação da dívida de Minas Gerais com a União. Vigente desde 2012, a desoneração representa redução de custo para 17 setores na contratação de trabalhadores. A prorrogação até 2027 foi aprovada na Câmara e no Senado, mas acabou vetada por Lula. Se o Congresso não derrubar o veto, deixará de valer a partir de 2024. Entidades empresariais estão fortemente mobilizadas para pressionar pela derrubada.

Além da desoneração, foi incluído na pauta da sessão o veto de Lula ao marco temporal para demarcação de terras indígenas, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei orçamentária de 2024 (LOA).

Pacheco afirmou que o Congresso fará um "esforço concentrado" para votar as matérias que estão pendentes antes do recesso parlamentar; que começará no dia 23: - Espero que a partir de segunda-feira todos os senadores e senadoras estejam (presentes) e vamos trabalhar intensamente e avançar noite adentro nas sessões do Senado e também do Congresso Nacional para fazer todas as entregas.

Pauta Outros temas prioritários da agenda econômica do governo Lula também devem ser discutidos nas próximas semanas. Na terça-feira, está prevista a votação, no Senado, do projeto que regulamenta as apostas esportivas. A Câmara ainda deve analisar, ao longo da semana que vem, a **reforma tributária**.

Também estão pendentes outros vetos, como o do arcabouço fiscal e o da lei que retoma o voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. O Senado ainda deve votar na próxima semana, as indicações de Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal (STF) e de Paulo Gonet para o comando da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Também há expectativa forte pela votação da medida provisória (MP) que trata da subvenção do ICMS. Ontem, o líder do governo no Congresso, senador

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que a matéria deve chegar ao plenário da Câmara e do Senado na semana do dia 18.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20231208&edicao=29632>

Reforma, o principal virá depois (Artigo)

André Abrão

André Abrão

O governo federal caminha a passos largos para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** no Congresso Nacional. Muito se tem falado, contra e a favor, mas o mais importante ainda não foi colocado em pauta. A aprovação da PEC é só a pontinha de um iceberg. Haverá um esforço concentrado e um gigantesco processo legislativo, em que estarão em destaque, até de forma mais aprofundada, vários interesses e seus representantes.

A PEC, quando entrar em vigor, ditará apenas os fundamentos do que se pretende alterar. A etapa mais importante virá depois, quando forem editadas as leis complementares necessárias para sua viabilização. De imediato, a Emenda Constitucional da **reforma tributária** não deverá mudar praticamente nada.

Temas como o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a cesta básica, o Imposto Seletivo, o Fundo de Desenvolvimento Regional, o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação do Estado do Amazonas e o Conselho Federativo, o polêmico "Conselhão", serão tratados nas leis complementares que deverão começar a ser analisadas no Congresso Nacional no início do próximo ano.

Neste cenário, tudo pode acontecer, porque são as leis infraconstitucionais que vão estabelecer as regras específicas de cada ponto. O Código Tributário Brasileiro precisará ser alterado, assim como outras leis ordinárias e complementares, que vão regulamentar as alterações feitas na Constituição. São esses projetos que tratarão dos desdobramentos da emenda.

Explicando de forma prática: não se sabe ainda que produtos integrarão a cesta básica, que, por sua vez, serão isentos de **tributos**. A cesta será única para todo o país, com dimensões continentais, ou se terá tratamento regionalizado, respeitando hábitos alimentares de cada região? São questões que precisam de regulamentação.

De forma semelhante, a definição de outras inovações legislativas previstas na **reforma tributária** seguirá a mesma dinâmica, com muitos detalhes a serem tratados, e também interesses divergentes em jogo. Inevitavelmente, essa situação de indefinição diante de uma proposta com repercussão tão profunda no

sistema tributário brasileiro gera insegurança, especialmente entre investidores.

O grande problema é que, feita a emenda, não há como ter segurança do que virá depois e esse é um campo extremamente amplo. Serão alterados alguns pontos principais, como a desburocratização e a unificação de **tributos**, alguns setores que serão mais e menos onerados, mas dos pormenores disso não temos noção. Não há um simulador. É extremamente complexo e tem variáveis infinitas.

Quando se faz uma alteração constitucional sem saber o que está por vir na legislação infraconstitucional, é um voto às cegas.

André Abrão, advogado tributarista e mestre em Direito Tributário

Site: <https://opopular.com.br/digital/08-dezembro-2023/1o-caderno>

Como ficará a Selic em 2024? - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Programada para 12 e 13 de dezembro, a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central não deverá trazer surpresas. A estimativa do mercado financeiro é de que a taxa Selic mais uma vez seja reduzida em 0,5 ponto percentual - atualmente, está em 12,25% ao ano. O grande ponto de interrogação, contudo, diz respeito a 2024. Se até pouco tempo atrás a principal aposta dos especialistas era de aumento do ritmo de cortes, agora começam a surgir previsões mais comedidas. Para o banco americano Citi, a taxa básica da economia não cairá para o patamar de um dígito no ano que vem, o que certamente representará uma grande decepção dadas as expectativas anteriores. O Citi aponta, entre outros fatores que balizam a sua análise, a dificuldade para o Brasil manter a taxa de **inflação** abaixo de 4%. Segundo pesquisa feita pelo boletim Focus, o mercado projeta que a Selic encerre 2024 em 9,25%.

Debate sobre fim da isenção de **impostos** para importações avança

Um empresário gráudo da indústria têxtil diz ter notado entre representantes do governo a disposição para rever a isenção de **impostos** federais para importações de até US\$ 50. A medida acabaria com as benesses das plataformas internacionais de e-commerce que, segundo o executivo, desfrutam de "vantagens desleais". É o caso da Shein, diz ele. O próprio vice-presidente, Geraldo Alckmin, já disse a interlocutores do varejo de moda que acha justa a taxa de importados de pouco valor.

Carros chineses ganham espaço no Brasil

A presença de carros chineses no mercado brasileiro ainda não significa uma invasão, mas eles, de fato, aceleram no país. Fontes do setor automotivo dizem que a participação da nação asiática no mercado de importados poderá encerrar 2023 perto de 15%, ou o triplo de um ano atrás. No nicho de carros híbridos e elétricos, marcas como BYD e GWM já respondem por 24% das vendas - foram emplacadas, até novembro, 67 mil unidades no país, 36% a mais do que no mesmo período do ano passado.

Grupo Suno compra casa de análise Eleven Financial

Uma transação inesperada movimentou a Faria Lima, o coração financeiro de São Paulo, nas últimas horas. A holding financeira Suno comprou, por valores não revelados, a casa de análises Eleven Financial Research, que pertencia à XP. Segundo Tiago Reis, fundador da Suno, "as operações seguirão separadas, com sedes próprias e equipes distintas." O grupo Suno possui, além de uma divisão de análise, áreas de negócios como uma asset, consultoria e plataforma de investimentos.

Rapidinhas

» A Premier League, a liga de futebol do Reino Unido, fechou o maior acordo de transmissão da história. Por R\$ 42 bilhões, vendeu os direitos de exibição de 270 jogos do campeonato inglês para a Sky e TNT. O contrato é válido por quatro temporadas. O curioso é que a Amazon, que transmite atualmente 20 jogos por temporada, ficou fora do acordo.

» O combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês) decola no mundo. De acordo com dados da Associação Internacional de Transportes Aéreos, deverão ser produzidos 600 milhões de litros em 2023 - será o dobro de 2022. Espera-se que o número triplique no ano que vem, para 1,8 bilhão de litros.

» A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e o Instituto de Gestão, Planejamento e Desenvolvimento da Vitivinicultura do Estado do Rio Grande do Sul assinaram um acordo para promover vinhos e espumantes do Brasil no exterior. O acordo prevê R\$ 10 milhões em investimentos em ações comerciais.

» Os Estados Unidos, quem diria, precisam de imigrantes. De acordo com projeção feita pelo Departamento Americano de Estatísticas de Trabalho, até 2026 haverá um déficit de 6 milhões de engenheiros no país. Para resolver o gargalo, a única saída é abrir caminho para profissionais qualificados de outros países.

US\$ 2,4 trilhões é quanto os países ricos e em desenvolvimento (excluindo a China) precisam investir até 2030 para tornar viável a transição energética rumo a uma economia verde. O cálculo é da britânica London School of Economics

"A isenção de **impostos** em até US\$ 50 afeta o nosso setor. Assim que ela foi confirmada pelo governo, as fábricas tiveram de reduzir a produção"

Haroldo Ferreira, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/12/08/all.pdf>

Governo apressa negociação na reta final

Edla Lula, Evandro Eboli

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apertou o passo, ontem, na tentativa de conseguir aprovar as matérias arrecadatórias no Congresso, antes do recesso parlamentar.

Ele cancelou a sua participação na Cúpula do Mercosul, no Rio de Janeiro, para fazer o corpo a corpo em Brasília. Se, de um lado, a peça orçamentária para 2024 desencantou, de outro, a medida provisória das subvenções - matéria mais cara ao governo - continua emperrada.

Haddad se reuniu com o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e afirmou ter obtido a garantia de que as pautas econômicas pendentes no Senado serão votadas ainda este ano, mesmo que seja necessária a marcação de sessões extraordinárias.

"Discuti esses temas (a pauta econômica) e o presidente Pacheco me disse com todas as letras: "nem que eu tenha que convocar sessões extraordinárias do Senado, nós não vamos deixar de avaliar as propostas que o governo encaminhou, já há bastante tempo para o Congresso Nacional", relatou Haddad, na saída do encontro.

Apesar da urgência pedida pelo governo, a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.185, que restringe o desconto de **tributos** federais em benefícios de ICMS (estaduais), decidiu adiar para a para a próxima terça-feira a votação do relatório do deputado Luiz Fernando Faria (PSD-MG).

Pelo calendário original, a votação ocorreria ontem na comissão, para, na próxima semana seguir para os plenários da Câmara e do Senado. Mas ainda falta acordo sobre o texto.

"O relator quer dialogar com o presidente da Câmara [Arthur Lira, PP-AL], quando ele retornar de viagem ao exterior, para ver se não existe nenhuma dúvidas em relação ao relatório", justificou o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem Partido-AP). "O ideal seria que votássemos essa semana. Mas o mais importante é que tenhamos tudo pacificado para a aprovação antes do recesso parlamentar", completou.

Um dos pontos de discórdia se refere à cobrança, pelo governo federal, de dívidas tributárias relacionadas ao

período anterior à MP. Parlamentares que representam o setor empresarial argumentam que os benefícios foram dados com base legal, por isso a dívida não existe. Para resolver o impasse, o relator propõe o desconto de 80% no valor das dívidas. Haddad disse que, para ver a proposta passar, concorda com a sugestão. A previsão inicial seria de uma receita de R\$ 80 bilhões com o estoque e de outros R\$ 35 bilhões com nova cobrança, já em 2024.

Em outra frente, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o relatório preliminar da Lei Orçamentária Anual, do deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) e recebeu o relatório final da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a cargo do deputado Danilo Forte (União- CE). Forte deixou fora do parecer a emenda apresentada pelo governo para limitar o contingenciamento de verbas, caso seja necessário, a R\$ 23 bilhões.

O relator também incluiu no texto o cronograma de liberação das emendas parlamentares impositivas, evitando, assim, o que ele chamou de "toma lá dá cá" nas negociações entre o Executivo e o Parlamento.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/08/all.pdf>

Aposta para aumentar receita, MP da subvenção é adiada mais uma vez

O retorno antecipado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a Brasília, após viagem ao Oriente Médio e à Alemanha, não foi suficiente para destravar o andamento da Medida Provisória (MP) da subvenção.

O texto é a principal aposta para gerar arrecadação extra para 2024, quando a equipe econômica se comprometeu a zerar o déficit das contas públicas, e tem o objetivo de restringir o uso de benefícios fiscais por parte de grandes empresas.

A apresentação do relatório da MP, pelo deputado Luiz Fernando Faria (PSD-MG), estava prevista para ontem, mas foi adiada novamente em meio a impasses políticos, envolvendo a liberação de emendas parlamentares e pressões do setor privado, que será afetado pelas mudanças na regra.

A nova previsão é de que o texto seja votado nos plenários da Câmara e do Senado na semana do dia 18, a última antes do recesso parlamentar.

"O relator achou por bem nós dialogarmos com o presidente (da Câmara) Arthur Lira quando ele retornasse da viagem que está fazendo ao exterior, para ver se não existiria nenhum tipo de dúvida sobre o relatório, e para pacificar a apreciação", afirmou o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Nas últimas semanas, Lira assumiu o papel de relator "informal" da MP, negociando pontos diretamente com a Fazenda.

O texto - que vem sendo cada vez mais desidratado - determina que benefícios fiscais concedidos pelos Estados a empresas só poderão ser abatidos da base de cálculo de **tributos** federais quando forem ligados a investimentos, e não a despesas de custeio.

A previsão inicial, com base na proposta do governo, era de que a MP garantisse um aumento de R\$ 35,3 bilhões na arrecadação de 2024. A equipe econômica, porém, vem sendo obrigada a ceder em uma série de pontos em meio às pressões do Congresso.

Um dos aspectos que ainda suscitam questionamentos é a retroatividade. Isso porque o governo quer cobrar **tributos** que deixaram de ser

recolhidos, o que seria feito por meio de parcelamentos e descontos.

Nas primeiras negociações, o desconto máximo havia sido fixado em 65%, mas agora já está no patamar de 80%. As empresas contestam essa cobrança retroativa.

"Estamos concordando em dar um desconto sobre os R\$ 90 bilhões de condenação do STJ a praticamente todas as empresas", afirmou Haddad, ontem, após reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Pacheco vai a Ministro do STF pedir prazo para Minas

BRUNO NOGUEIRA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniu ontem com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Kássio Nunes Marques para tratar da prorrogação do prazo de início do pagamento da dívida de R\$ 160 bilhões de Minas com a União. No ano passado, Nunes Marques definiu o dia 20 de dezembro como data limite para que Minas faça sua adesão ao Regime de Recuperação Fiscal para renegociar seus débitos. Caso contrário, o estado terá de voltar a pagar as parcelas da dívida. Pacheco, em suas redes sociais, afirmou que o ministro foi receptivo aos argumentos jurídicos apresentados e que aguarda uma decisão de Nunes. "Fomos muito bem recebidos pelo ministro, que compreendeu os aspectos jurídicos e haverá de tomar uma decisão oportunamente", afirmou.

A reunião ocorreu horas depois de Pacheco receber na sua residência o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir o tema. Os dois defendem que o STF estique o prazo para adesão de Minas até fim de março. É o tempo que o Ministério da Fazenda precisa para analisar a proposta apresentada pelo presidente do Senado há duas semanas como solução para a dívida. A proposta é uma alternativa ao plano do governador Romeu Zema (Novo), que está para ser votado na Assembleia Legislativa.

Após a reunião entre Pacheco e Haddad, na casa do presidente do Senado, os dois deram entrevistas separadas e fizeram duras críticas a Romeu Zema, que na quarta-feira atacou a negociação entre o senador e o ministro dizendo que até então não tinha visto nenhuma ação efetiva para resolver o problema de Minas: "Ficou falação até agora", disse Zema. Haddad saiu em defesa de Pacheco e afirmou que o governador não ajuda o estado com este tipo de conduta.

"O presidente Pacheco está muito preocupado com a situação de Minas, porque, dos R\$ 160 bilhões que Minas deve, um terço da dívida de Minas Gerais foi contraída durante o governo do Zema. Inexplicavelmente, o Zema, em vez de se aliar ao presidente Pacheco para resolver o problema, ataca nas redes sociais e na imprensa alguém que foi o único mineiro com autoridade a tomar providências em relação a isso", afirmou.

Haddad continuou com suas críticas ao governador. Afirmou que Zema praticamente governou com recursos federais, aumentou o valor da dívida de cerca de R\$ 100 bilhões para R\$ 160 bilhões e não conseguiu resolver o problema, mesmo aliado a Jair Bolsonaro (PL). "Ele ficou cinco anos, quatro como aliado no Planalto, podendo fazer alguma coisa por Minas e tudo que ele fez foi endividar Minas. A dívida saiu de pouco mais de R\$ 100 bilhões para R\$ 160 bilhões", disse o ministro.

Segundo Haddad, os técnicos da sua pasta vão examinar a proposta de Pacheco para resolver o problema do endividamento bilionário de Minas, mas disse que isso demanda tempo. Um dos itens da proposta, por exemplo, é a federalização de estatais. O ministro explicou que a federalização de ativos de Minas exige "muita cautela" por causa dos acionistas minoritários.

Maturidade

Em sua entrevista após a reunião, o presidente do Senado também criticou a postura de Zema. "Nós não podemos criar narrativas, ficar o tempo inteiro em rede social criticando um ao outro. No momento, precisamos muito é de união, de muita maturidade, porque não podemos ter infantilismo num momento desse, de ficar achando que nós estamos numa disputa eleitoral", ressaltou.

As propostas

O atual plano de recuperação econômica proposto por Zema e em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) prevê uma revisão geral anual dos salários dos **servidores públicos** pela **inflação**, sem aumento real, durante os nove anos de vigência. O RRF ainda prevê a privatização de empresas públicas para amortizar a dívida e um teto de gastos nas despesas primárias do Estado. No entanto, ao fim do regime, a dívida deverá ter crescido em até R\$ 210 bilhões, já que não haveria um efetivo pagamento das parcelas.

A proposta de Pacheco, considerada menos danosa ao funcionalismo público, prevê a federalização das empresas Codemig, Copasa e Cemig; cessão dos créditos de Minas Gerais pelos acordos de reparação

de Brumadinho e Mariana; uso do valor obtido pelo acordo de compensação pelas perdas da Lei Kandir no abatimento da dívida; e a criação de um Refis para que os estados endividados consigam descontos no pagamento das dívidas públicas.

O ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, que participou do encontro entre o senador e Haddad e também com Nunes Marques, reforçou as críticas a Zema e disse que, para ele, caso seja efetivada, a proposta de Pacheco poderá servir para solucionar também o endividamento de outros entes da Federação. "Teremos uma solução definitiva, que sirva para Minas, e como parâmetro para outros estados que se encontram na mesma situação." Procurado, o governo de Minas não se manifestou".

"No momento, precisamos muito é de união, de muita maturidade, porque não podemos ter infantilismo num momento desse, de ficar achando que nós estamos numa disputa eleitoral"

Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Presidente do Congresso Nacional

"Ele (Zema) ficou cinco anos, quatro como aliado no Planalto, podendo fazer alguma coisa por Minas e tudo que ele fez foi endividar Minas. A dívida saiu de pouco mais de R\$ 100 bilhões para R\$ 160 bilhões"

Fernando Haddad, Ministro da Fazenda

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/08/12/2023/p1>

Documento do PT faz crítica a poder do Centrão e "austericídio" fiscal no governo

VERA ROSA

A cúpula do PT vai aprovar hoje uma resolução política na qual critica a influência "desmedida" do Centrão sobre o governo Lula e o Legislativo, ataca o que chama de "austericídio fiscal" e diz que temas como segurança pública e papel das Forças Armadas não podem ser tratados como "tabus". Embora faça uma avaliação positiva do primeiro ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PT prega a alteração, com urgência, da correlação de forças que domina o cenário político nesse terceiro mandato.

A proposta de resolução, apresentada pela corrente Construindo um Novo Brasil (CNB), majoritária no PT, ainda pode receber emendas e sofrer ajustes na reunião do Diretório Nacional, que ocorrerá hoje, pouco antes de Lula abrir a Conferência Eleitoral do partido.

Com o texto, o PT marca posição no momento em que Lula discute mudanças nos ministérios.

O Centrão selou aliança com o governo em setembro, quando André Fufuca (PP) substituiu Ana Moser em Esporte e Sílvio Costa Filho (Republicanos) entrou no lugar de Márcio França (PSB) em Portos e Aeroportos. O acordo em troca de votos no Congresso foi articulado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Agora, a próxima mexida na equipe será no Ministério da Justiça. O nome mais cotado para substituir o titular da pasta, Flávio Dino, é o de Ricardo Lewandowski. Dino foi indicado por Lula para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF) e passará por sabatina no Senado, no dia 13. Lewandowski já presidiu o Supremo e deixou a Corte em abril.

"Meu relacionamento com o presidente Lula é respeitoso e cordial. Fico lisonjeado com a lembrança do meu nome, mas, de fato, tudo é mera especulação, por enquanto. Não tive essa conversa com o presidente", disse Lewandowski ao Estadão. O magistrado aposentado desembarcou no Brasil ontem, após viajar com o presidente para o Oriente Médio e a Alemanha.

GLEISI. O Estadão apurou que Lula só anunciará o novo titular da Justiça após Dino passar pela sabatina

no Senado. Ele tratou do assunto com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, no Rio, onde participou do Cúpula do Mercosul.

Lula pretende fazer uma **reforma ministerial** mais ampla só no ano que vem, até abril, quando quem for disputar eleições municipais deve deixar os cargos. A intenção do presidente é deixar Gleisi no comando do PT até o fim das eleições para não mexer na direção do partido em uma época de disputas municipais.

Depois dessa etapa, porém, ela seria puxada para o primeiro escalão do governo.

Gleisi é uma das vozes mais fortes contra o movimento feito pelo Centrão para pressionar o Palácio do Planalto a ceder cargos e emendas parlamentares aos integrantes do grupo.

"As forças conservadoras e fisiológicas do chamado Centrão, fortalecido pela absurda norma do orçamento impositivo num regime presidencialista, exercem influência desmedida sobre o Legislativo e o Executivo, atrasando, constringendo e até tentando deformar a agenda política vitoriosa na eleição presidencial", diz a proposta de resolução apresentada pela CNB e obtida pelo Estadão. "(...) É urgente, no entanto, nos organizarmos politicamente para alterar esta correlação de forças, o que só se dará pela conscientização e mobilização daqueles e daquelas que representamos e defendemos." Em outro trecho do documento, há alfinetadas na direção do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Ao destacar que o País ainda tem reservas internacionais de US\$ 350 bilhões, o texto do PT diz que não faz sentido, neste cenário, "a pressão por arrocho fiscal exercida pelo comando do BC, rentistas e seus porta-vozes na mídia e no mercado".

HADDAD. Apesar de não citar a meta de déficit zero estabelecida para as contas públicas de 2024, a resolução que passará pelo crivo do Diretório Nacional não deixa dúvidas sobre a discordância em relação à proposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "O Brasil precisa se libertar, urgentemente, da ditadura do BC "independente" e do austericídio fiscal, ou não teremos como responder às necessidades do País", afirma um trecho do documento.

A primeira versão do texto da CNB, à qual o Estadão

teve acesso, citava Haddad. Dizia que "graças à credibilidade de Lula e à política econômica coordenada pelo companheiro Fernando Haddad, temos **inflação** cadente e sob controle, desemprego em queda, rendimento da população em alta e contas públicas equilibradas". O início da frase, porém, foi substituído por "Graças à credibilidade de Lula e apesar do BC de Campos Neto (...)". A última versão será votada hoje.

Ao dar a largada para a pré-campanha de 2024, o PT assinala que fará forte embate contra a extrema-direita nas disputas municipais. O documento menciona os atos golpistas de 8 de janeiro e diz que isso foi a "segunda derrota dos extremistas antidemocráticos".

"O fato de eles permanecerem mobilizados contra o país, quase um ano depois, impõe a necessidade de responsabilizar e punir, de maneira firme e pedagógica, os comandantes políticos do golpismo, civis ou militares, a começar por Jair Bolsonaro, para que nunca mais voltem a ameaçar a democracia". A referência ao ex-presidente julgado inelegível permeia o texto.

"É tarefa do PT, de nossos dirigentes e militantes, seguir incidindo sobre a elaboração e implantação de políticas públicas em todos os setores, inclusive sobre temas como Segurança Pública e o papel das Forças Armadas, que não devemos tratar como tabus", diz o documento.

Em conversas reservadas, dirigentes do PT avaliam que o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, atua como um "braço dos militares contra o poder civil". A opinião consta de texto divulgado por Valter Pomar, da Articulação de Esquerda, e tem o apoio da maior parte da cúpula do PT, que defende a saída de Múcio.

Justiça

Lula só deverá anunciar o novo titular da Justiça após Flávio Dino passar pela sabatina no Senado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relator rejeita emenda que limitava bloqueio de verbas

MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA BRASÍLIA

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União-CE), rejeitou a tentativa do governo de criar um novo teto para o contingenciamento (bloqueio preventivo) de despesas no ano que vem, como antecipou o Estadão na semana passada. A proposta havia sido apresentada pelo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido- AP), que adiantou que, com a decisão de Forte, o governo deverá fazer uma consulta formal ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o assunto.

Forte disse ontem que a proposta do governo tinha "fragilidades jurídicas". O governo tentava limitar na LDO o contingenciamento máximo que a equipe econômica poderá fazer no Orçamento de 2024. Economistas da área fiscal e parlamentares avaliam que, para cumprir a meta de zerar o déficit nas contas públicas no ano que vem, o governo terá de contingenciar ao menos R\$ 53 bilhões.

A cifra tem base no dispositivo do novo arcabouço fiscal que define o limite para bloqueio de 25% das despesas discricionárias (não obrigatórias, como investimentos e custeio).

Esse montante, porém, afetaria o desempenho das obras do PAC, por exemplo, além de outros investimentos de interesse do governo Lula.

A proposta de Randolfe, então, era limitar esse contingenciamento usando a regra do arcabouço que estipula um intervalo para a expansão dos gastos entre 0,6% e 2,5% acima da inflação por ano. Para o governo cumprir o mínimo de expansão das despesas (0,6%), o contingenciamento não poderia superar R\$ 23 bilhões.

A visão é controversa. Um parecer técnico emitido pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara rejeitou a chamada "emenda Randolfe", dizendo que a interpretação dada pelo governo "subverte a lógica" da nova regra fiscal e que seria permitido gastar menos do que o piso de 0,6% para o cumprimento da meta fiscal.

Já o TCU, em resposta a uma consulta informal feita por Forte, afirmou que a emenda é incompatível com

as regras do novo arcabouço. Na ocasião, porém, a Corte disse que ficaria distante do impasse jurídico.

Randolfe afirmou que a negativa de Forte não desagradou ao governo, uma vez que o relator afirmou que valerá o que diz o arcabouço fiscal, o que, segundo ele, confirmaria a interpretação do Planalto sobre o limite para o bloqueio. "Nós, do governo, nos sentimos contemplados, porque o deputado (Forte) disse que o limite do contingenciamento está esculpido no arcabouço."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Perspectiva para o País é tema de debate

DANIEL TOZZI MENDES MARIANNA GUALTER

Apesar de certa previsibilidade nos cenários para 2024, o ano que vem tem tudo para ser relativamente tenso, afirmou ontem o pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), Armando Castelar.

O ambiente fiscal e a mudança de presidência do Banco Central (BC) podem ser fontes relevantes de incerteza para o período, acrescentou. Ele participou de seminário de análise conjuntural promovido pela FGV em parceria com o Estadão.

Com as eleições municipais e outras questões políticas, a tendência é de que o governo federal queira aumentar gastos e tente um incremento de carga tributária para fechar as contas, analisou. O problema, ressaltou Castelar, é que a tolerância para o aumento de carga, que já não é tão grande, está diminuindo. "O primeiro ano de governo é de lua de mel", disse. "Vai gradativamente estressando." Para o chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV, José Julio Senna, que também participou do seminário, o Banco Central deve promover mais três cortes de 0,50 ponto porcentual na taxa Selic, nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) em dezembro, janeiro e março.

A partir desse ponto, segundo ele, o cenário de incerteza é muito grande, o que dificulta a avaliação.

"Diria que, a julgar pelo cenário lá fora, o BC tem condições de continuar com cortes de 0,50 ponto.

O presidente do BC tem enfatizado (nos comunicados) a manutenção do ritmo nas próximas reuniões, o que, na cabeça dele, significa mais duas reuniões. Mas temos um grau de confiança muito bom que, pelo andar da carruagem, podemos esticar essa corda um pouco, com três cortes de 0,50", explicou Senna.

PIB. O Ibre/FGV elevou a projeção para crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2023 de 2,7% para 2,9%, disse a coordenadora do Boletim Macro do Instituto, Silvia Matos, durante participação no seminário.

A revisão, afirmou, ocorreu devido às revisões na série histórica do IBGE, na divulgação do **PIB** da última terça-feira, que apontou crescimento de 0,1% da economia no terceiro trimestre.

Cenário O Ibre/FGV elevou a projeção para crescimento do **PIB** de 2023 de 2,7% para 2,9%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Pobreza em queda revela força e limites do Bolsa Família (Editorial)

Os brasileiros em situação de pobreza -renda inferior a R\$ 637 por mês - caíram de 36,7% da população em 2021 para 31,6% em 2022, segundo o IBGE. Caiu também a pobreza extrema -rendimento inferior a R\$ 200 mensais -, de 9% para 5,9%. A desigualdade, medida pelo índice de Gini, diminuiu de 0,544 para 0,518. Em termos absolutos, 6,5 milhões saíram da miséria e 10,2 milhões da pobreza. Num país como o Brasil, com milhões na penúria e uma das maiores desigualdades do mundo, o avanço merece celebração.

O melhor remédio contra a pobreza é, obviamente, a geração de riqueza. Só o crescimento econômico robusto e sustentado, aliado a uma política educacional capaz de promover mobilidade social, será capaz de erradicar a miséria em definitivo. Mas, enquanto ainda se patina para atingir tal objetivo, os programas sociais, mesmo com seus defeitos, têm desempenhado papel imprescindível. Pelos cálculos do IBGE, sem transferência de renda, a proporção de miseráveis seria 80% maior, a de pobres 12% maior, e a desigualdade 5,5% superior. Ainda que o nível de emprego tenha se recuperado, a ajuda governamental representou 67% do rendimento dos mais pobres em 2022.

Brasil e México são considerados inovadores em programas de transferência de renda. Por aqui, eles começaram com Fernando Henrique e ganharam vulto no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De lá para cá, o modelo foi adotado por mais de dez países nos cinco continentes. Mas o ineditismo não eximiu a iniciativa brasileira de erros.

O principal foi o uso para angariar votos, como ficou patente durante o governo Jair Bolsonaro, que rebatizou o Bolsa Família de Auxílio Brasil. Em julho de 2021, uma Medida Provisória elevou o benefício mensal para R\$ 400. Seis meses depois, o valor estava em R\$ 600. Depois de assumir, o governo Lula retomou o nome antigo e voltou a subir o valor médio para R\$ 714. Como proporção do **PIB**, o gasto com o Bolsa Família quadruplicou, de 0,4% em 2018 para 1,6% neste ano.

Infelizmente, o valor maior não veio acompanhado de melhorias na gestão ou no desenho do programa. Pelo contrário. O ponto forte do Bolsa Família sempre foi o foco: fazer o dinheiro chegar a quem precisa. Foi o

que permitiu a um programa que custava em tomo de 0,4% do **PIB** gerar R\$ 1,78 por real nele investido, segundo o Centro de Políticas Sociais, da FGV Social. Esse impacto equivale ao triplo do gerado por benefícios da Previdência e é 50% superior ao do Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a idosos de baixa renda ou deficientes.

Porém, com o público-alvo ampliado para 55 milhões, em vez dos 12,7 milhões na pobreza extrema, o benefício perdeu foco. As irregularidades aumentaram. Não houve ênfase nas condicionalidades necessárias para quebrar a cadeia de transmissão da miséria de geração em geração. A exigência de caderneta de vacinação e frequência escolar dos filhos virou letra morta. O atual governo tentou corrigir alguns desses problemas. Excluiu 1,5 milhão de famílias que recebiam de modo irregular, resgatou a progressividade na concessão do benefício e criou desincentivos para as famílias de um só integrante que proliferavam no Auxílio Brasil. Todos esses esforços devem ser mantidos, e a arquitetura do programa precisa resgatar o foco. É essa a lição que se espera ter sido aprendida.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ipec: avaliação negativa do governo Lula cresce 5 pontos

Na reta final do primeiro ano do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a avaliação negativa do governo aumentou cinco pontos percentuais, enquanto a aprovação à maneira de o presidente gerir o país caiu no mesmo patamar, segundo pesquisa divulgada pelo Ipec. Já o índice dos que consideram o governo ótimo ou bom oscilou negativamente dois pontos, segundo o instituto, mas se manteve estável de acordo com o Datafolha, que também divulgou levantamento ontem. Nos dois casos, esse percentual está em 38%.

Neste primeiro ano, o governo priorizou a pauta econômica no Congresso. Se, por um lado, conseguiu aprovar o novo arcabouço fiscal e agora avança na **reforma tributária**, por outro, ainda não passaram medidas que visam a aumentar a arrecadação, na busca pelo déficit zero em 2024, meta mantida pelo Executivo. Em outra frente, o Palácio do Planalto foi pressionado pela crise na segurança pública, especialmente em estados como Rio de Janeiro e Bahia. Lula chegou a cogitar a criação de um ministério específico para essa área.

De acordo com o Ipec, a taxa dos que consideram o governo Lula ruim ou péssimo aumentou de 25% em setembro para 30% em dezembro. Os que avaliam como ótimo ou bom oscilaram de 40% para 38% no mesmo período, enquanto o índice de regular foi de 32% para 30%. Desde o início do ano, o menor patamar de ótimo/ bom foi registrado em junho, com 37%, e o maior em março, com 41%.

A margem de erro da pesquisa Ipec é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, e o levantamento foi feito entre os dias 12 e 15 de dezembro.

No Datafolha, a avaliação positiva do governo permanece estável nos quatro levantamentos realizados desde o início do mandato de Lula. Entre os entrevistados, 38% consideram a gestão ótima/boa. Esse percentual só variou em junho, quando o instituto registrou 37%.

Na pesquisa divulgada ontem pelo Datafolha, os que consideraram a gestão petista regular ou ruim/péssima foram 30%. A margem de erro média é dois pontos para mais ou para menos e o levantamento foi realizado presencialmente no dia 5 de dezembro.

EVANGÉLICOS RESISTEM

Segundo o Datafolha, Lula segue sendo mais bem avaliado na região Nordeste (48% em um grupo que representa 26% da amostra) e entre os menos escolarizados (50% nos 28% dos entrevistados). A reprovação sobe a 39% entre os 22% com curso superior e os 15% que moram na região Sul. O maior índice é registrado entre os 4% mais ricos. Entre os que ganham mais de 10 salários mínimos mensais, 47% avaliam Lula como ruim ou péssimo.

No eleitorado evangélico, um dos pilares do bolsonarismo, a reprovação é de 38%, ante 28% entre católicos. O governo tem feito esforços para conquistar o apoio do segmento religioso. Recentemente, o Ministério do Desenvolvimento Social firmou parcerias em projetos de combate à fome com 27 agremiações evangélicas, mas deixou de fora algumas das mais importantes e capitaneadas por nomes alinhados ao ex-presidente Jair Bolsonaro, como a Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus Vitória em Cristo.

Na pesquisa divulgada ontem, o Ipec também mediu a percepção em relação à maneira do presidente governar. Os que a aprovam caíram de 56% para 51%, e os que a desaprovam foram de 39% para 43%. Em outra pergunta, 48% disseram confiar em Lula e 50%, não confiar. Quanto à expectativa em relação ao governo do petista, 32% afirmaram que está sendo melhor do que esperavam, 30% igual e 35%, pior.

Até agora, a gestão petista não conseguiu construir uma base sólida no Congresso, mesmo após uma **reforma ministerial**, em setembro, para incorporar o PP e o Republicanos, partidos do Centrão. Assim, o governo tem sido obrigado a negociar cada votação de seu interesse e está na iminência de sofrer duas derrotas nessa reta final do ano. Uma, é a derrubada do veto presidencial ao projeto que criou um marco temporal para a demarcação das terras indígenas. Outra é o aumento do controle de deputados e senadores sobre o Orçamento da União, com o estabelecimento de prazos para o Executivo se comprometer com o pagamento de emendas parlamentares.

Neste primeiro ano de mandato, Lula se dedicou mais à agenda internacional do que à articulação política com o Congresso.

Sobre a situação econômica, 39% disseram ao Ipec que está melhor do que há seis meses, 23% igual e 36%, pior. Ainda nessa seara, 45% avaliam que a situação econômica do país estará melhor daqui a seis meses, 19% igual e 30% pior.

Após o bom desempenho no primeiro semestre, o **PIB** do terceiro trimestre confirmou uma esperada desaceleração, com alta de 0,1%, informou o IBGE na terça-feira. O resultado foi alavancado pelo forte consumo das famílias e travado pela queda nos investimentos, e elevou as projeções de crescimento anual para 3%.

Com o desempenho do terceiro trimestre, o **PIB** atingiu um nível 7,2% acima do registrado antes da pandemia de Covid-19, e a economia alcançou o maior patamar da série, iniciada em 1996.

DECEPCIONADOS

No levantamento divulgado ontem pelo Datafolha, cresceu o percentual daqueles que avaliam que Lula fez menos do que esperavam. Eram 53% em setembro e agora são 57%. Por outro lado, 24% dizem que ele fez o que esperavam, frente a 25% que tinham essa avaliação há três meses. Também oscilou um ponto para baixo os que acham que o petista fez menos do que esperavam, indo de 17% para 16% agora.

Em sua volta ao Palácio do Planalto, Lula reciclou ao menos quatro programas de seus governos passados, todos voltados para a baixa renda: Luz para Todos, Bolsa Família, Mais Médicos, Farmácia Popular e o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No caso desse último, a gestão petista ainda tenta alavancar recursos para deslanchar as obras.

As novas marcas do governo foram voltadas para a classe média, em projetos como o Desenrola, de renegociação de dívidas, e o Voa Brasil, para a compra de passagens aéreas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

LDO: relator cede e vai limitar bloqueios a R\$ 23 bi em 2024

VICTORIA ABEL E ALVARO GRIBEL

Orelator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União-PB), acatou uma proposta que, na prática, atende ao governo Luiz Inácio Lula da Silva e limita a R\$ 23 bilhões o bloqueio de despesas no Orçamento do ano que vem. A LDO será votada pelo Congresso na próxima semana.

Bloqueios no Orçamento estão ligados diretamente à meta de resultado das contas públicas. Quando as receitas caem ou outras despesas aumentam, é preciso bloquear gastos discricionários (não obrigatórios, como investimentos e custeio) para atingir a meta.

Inicialmente, o relator afirmou ontem que não seria possível restringir o bloqueio a R\$ 23 bilhões nos moldes da emenda apresentada pelo líder Randolfe Rodrigues (sem partido-AP, mas no fim do dia acabou revisando a posição, encontrando um caminho alternativo para atender ao pedido do governo.

INTERPRETAÇÃO DA FAZENDA

A definição do valor máximo de bloqueio no ano que vem é importante porque o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenta evitar que os contingenciamentos atinjam o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma preocupação da ala política e que poderia levar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a mudar a meta de zerar o déficit nas contas públicas no ano que vem.

No mês passado, a Fazenda anunciou que o contingenciamento de despesas em 2024 precisaria respeitar duas regras. Uma dessas regras limita o bloqueio a 25% dos gastos discricionários (o que daria um bloqueio de R\$ 53 bilhões). E outra que limita a alta de gastos real (acima da inflação) a um piso de 0,6% e um teto de 2,5%.

Essas duas regras combinadas, na visão da Fazenda, impediriam um bloqueio maior do que R\$ 23 bilhões, sob risco de o crescimento da despesa no ano ficar abaixo de 0,6%.

Um dispositivo incluído pelo relator ontem estabelece que o contingenciamento não pode ser maior que o

necessário para assegurar a execução das despesas a um montante equivalente ao piso de crescimento de gastos acima da inflação, de 0,6%. Dessa forma, o máximo que pode ser bloqueado é R\$ 23 bilhões.

Essa tese foi fundamental para o presidente Lula manter a meta de déficit zero no ano que vem, já que ele não quer contingenciamento em obras do PAC. A saída encontrada pelo relator pode evitar novas divergências entre a equipe econômica e a ala política do governo. E abrir espaço para que Haddad possa manter o compromisso com a meta de déficit zero em 2024.

Interlocutores do Ministério da Fazenda dizem que o entendimento é o de que a tese da pasta continua contemplada na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Apesar desse entendimento, a pasta avalia ir ao TCU no início do ano que vem para fazer valer sua visão. Está em estudo fazer uma consulta para dar segurança jurídica a um bloqueio limitado a R\$ 23 bilhões.

O primeiro relatório que avalia a necessidade de bloqueio de gastos está previsto para 22 de março do ano que vem. A tendência é de um bloqueio, tendo em vista um cenário de arrecadação mais fraco do que o previsto na proposta orçamentária. Além disso, os projetos de Haddad para aumentar a receita em 2024 ainda não foram aprovados em sua totalidade ou acabaram sendo desidratados.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula incentiva parceria do bloco com G20 em cúpula

Thayz Guimarães

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou a Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, que aconteceu ontem no Rio de Janeiro, para convidar os países-membros a se tomarem "parceiros" do G20, reconhecendo o bloco sul-americano como "um espaço estratégico de coordenação em questões globais". O Brasil assumiu, na semana passada, pela primeira vez, a presidência rotativa do G20, o grupo das principais economias do planeta e mais a União Europeia e a União Africana, criado em 1999 após a crise financeira asiática.

- O Mercosul também é um espaço estratégico de coordenação para questões globais -declarou o presidente brasileiro. - Daqui a dois anos, o Brasil sediará a COP30 e espero que todos os senhores participem ativamente, pois é a primeira vez na História que a Amazônia falará por si só.

Segundo Lula, a COP em Belém do Pará será "possivelmente a reunião mais importante", por isso, gostaria de "contar com o apoio e a participação de vocês, porque teremos dezenas de reuniões de muitos ministérios e temas".

-Vocês sabem que todos os colegas do Mercosul e da América do Sul são nossos convidados na construção do sucesso dessa situação - acrescentou.

BOLÍVIA ENTRA

Com mandato de um ano à frente do G20, o objetivo do Brasil é promover três bandeiras centrais: combate à fome, pobreza e desigualdade; desenvolvimento sustentável e reforma da governança global.

Lula desembarcou de helicóptero no Museu do Amanhã, onde a cúpula está sendo realizada, por volta das 9h30, acompanhado da primeira-dama, Janja da Silva. O encontro marcou o encerramento da presidência temporária do Brasil no bloco, que se estendeu ao longo do segundo semestre deste ano, e dá início à presidência paraguaia.

Durante o encontro, os chefes de Estado do Mercosul também receberam a Bolívia como membro pleno, após uma espera de oito anos pela aprovação dos parlamentos dos demais países. A entrada da Bolívia,

país rico em gás e com grandes reservas de lítio, expande as fronteiras geográficas e econômicas do Mercosul, que atualmente compreende 62% da população sul-americana e 67% do seu **PIB**. Também foi assinado um acordo de livre comércio com Cingapura, o oitavo maior destino das exportações brasileiras.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB do Brasil cresce acima do esperado (Artigo)

Por Paulo Gala*

O IBGE divulgou os dados do **PIB** brasileiro referentes ao terceiro trimestre, surpreendendo a maioria dos analistas ao registrar um aumento de 0,1%. Enquanto as projeções predominantes apostavam em quedas de 0,1% ou 0,2%, a alta inesperada oferece um alívio em meio às preocupações de recessão. Um ponto de destaque está no lado da demanda, com o consumo das famílias apresentando um aumento de 1,1% em relação ao segundo trimestre. O consumo do governo também contribuiu, registrando um aumento de 0,5%. Adicionalmente, as exportações se destacaram, mostrando um comportamento robusto, com um crescimento de 3% no terceiro trimestre em comparação com o segundo.

É importante mencionar que o Brasil está caminhando para alcançar um superávit comercial significativo, projetando quase US\$ 100 bilhões, mais que o dobro do registrado no ano passado, marcando um recorde histórico. As notícias menos favoráveis vêm do setor de investimento, com a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentando uma nova queda acentuada, recuando 2,5% no trimestre.

Ao analisar os subsetores, notamos que a indústria extrativa (mineração e óleo e gás) e a indústria da transformação surpreenderam positivamente, registrando um aumento de 0,1%. Por outro lado, a agropecuária apresentou uma queda esperada de 3,3%, enquanto o setor de construção civil registrou uma redução de 3,8%.

O comércio também surpreendeu positivamente, exibindo um aumento de 0,3%. Ao ampliar a análise para quatro trimestres acumulados, observamos um crescimento sólido de 3,1% no **PIB**. A agropecuária se destaca, com um impressionante aumento de 14%, enquanto a indústria extrativa, especialmente nos setores de petróleo e mineração, registra um significativo aumento de 6,3%. A indústria da transformação mostra estagnação, acumulando uma queda de 0,2%.

A construção civil apresentou uma leve alta de 0,5%, mas seu crescimento parece praticamente estagnado quando observamos a janela de quatro trimestres. Quando observamos os componentes da demanda em quatro trimestres acumulados, identificamos uma

queda na Formação Bruta de Capital Fixo (investimento) de 1,1%, evidenciando desafios na expansão de crédito e investimento no setor produtivo.

As exportações mostram um crescimento robusto de 10%, enquanto as importações permanecem estáveis, com uma leve queda de 0,1%. O consumo das famílias registrou um aumento de 3,7% nessa janela mais longa, evidenciando que os principais impulsionadores desse crescimento são o consumo privado e as exportações.

O consumo do governo também contribuiu, com um aumento de 1%. Em resumo, os dados do **PIB** oferecem uma boa notícia ao indicar que a economia brasileira não entrou em recessão no terceiro trimestre.

PIB do Brasil cresce acima do esperado Contudo, é crucial notar que o crescimento está sendo impulsionado principalmente pelo consumo privado e pelas exportações de commodities, e não por investimentos ou expansão de crédito ao setor produtivo.

Esse cenário destaca a necessidade de estratégias que promovam um crescimento mais diversificado e sustentável. Nosso grande desafio continua sendo, entretanto, gerar empregos de qualidade para cem milhões de trabalhadores.

Sem a recuperação de nossa indústria, não conseguiremos tamanha façanha.

O atual boom de commodities resolve nosso problema de divisas e ajuda no controle da **inflação** pela via da apreciação da moeda brasileira; fica faltando ainda a essencial retomada de nosso desenvolvimento industrial e tecnológico.

* Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ

PIB do Brasil cresce acima do esperado

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187733>

Sindicatos alertam para clima social tenso

Por Marina Guimarães - Para o Valor, de Buenos Aires

A implementação do plano radical de austeridade que Javier Milei deverá enfrentar forte oposição dos movimentos sindicais na Argentina, uma vez que o impacto nos preços, especialmente em combustíveis e tarifas que acompanham o valor do dólar, deverá pressionar fortemente a **inflação**.

"O clima social poderá ser explosivo", alertou Florencia Saracho, líder do Sindicato de Telecomunicações (FOETRA, pela sigla em espanhol). Para ela, Milei seguirá o caminho do ex-presidente Mauricio Macri que, com Luis Caputo no Ministério de Economia, tomou uma dívida "impagável" com o FMI, e vai aumentar essa conta. "Está claro que esse ajuste não vai pagar a casta política, como Milei diz, mas castigará os trabalhadores."

"Cremos que não há nenhuma forma de baixar o déficit sem provocar um desemprego brutal e um arrocho salarial fenomenal e isso vai levar à mobilização nas ruas", disse Martin Bradt, sindicalista da Aerolíneas Argentinas, estatal que Milei promete privatizar novamente. Segundo ele, há forte preocupação com um corte dos subsídios sociais e econômicos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187733>